



**A SOLENIDADE PÚBLICA DE COLAÇÃO DE GRAU COMO MECANISMO DE ORGANIZAÇÃO E DESORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA UNIVERSIDADE.**

**Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar a contribuição das solenidades públicas de colação de grau da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em nível de graduação, resgatadas a partir de 2004, com vistas à organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na universidade. As formaturas da Instituição até o fim da década de 80 apresentavam o caráter público e democrático. A partir da década de 90 foram privatizadas e no ano de 2004, foi resgatado seu caráter público. A devolução da formatura pública para a comunidade garantiu a participação na solenidade, dos formandos em igualdade de condições e sem custos para o estudante. A partir dos resultados da pesquisa, foi possível observar fortes evidências de que a formatura pública da UFSC é envolvida por relações de grandes dimensões e que refletem diretamente no seu caráter público, democrático e isonômico. Assim, ela se constitui em um processo que se apresenta em constante movimento, contribuindo assim para a organização ou para a desorganização do espaço público. A Universidade é uma instituição complexa caracterizada pela diversidade da sua comunidade interna e externa. Aliado a isso, as relações de poder que se manifestam no seu fazer diário, fazem com que a sustentação do espaço público demande muito esforço, vontade política, ousadia e compromisso institucional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formatura Pública. Espaço Público. Universidade Pública.

## 1 Considerações Iniciais

O objetivo desta investigação é analisar a contribuição das solenidades públicas de colação de grau da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em nível de graduação, resgatadas a partir de 2004, com vistas à organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na universidade como instituição social, sob a perspectiva dos gestores universitários.

Historicamente, as formaturas da UFSC, até o fim da década de 80, apresentavam um caráter público e democrático. A partir da década de 90 foram privatizadas e no ano de 2004, foi resgatado seu caráter institucional, público e democrático. A devolução da formatura pública para a comunidade vem garantindo a participação na solenidade, de todos os formandos em igualdade de condições e sem custos para o estudante. Esta ação tem por objetivo, fortalecer o processo de democratização das solenidades de colação de grau dos cursos de graduação da Instituição, na perspectiva de resgatar o seu caráter público, potencializando o exercício da cidadania dos seus estudantes e familiares, que foi fortemente abalado a partir da década de 90, como reflexo das políticas públicas neoliberais.

Entretanto, a formatura pública da UFSC, não se constitui em uma atividade consolidada na perspectiva da garantia do desenvolvimento e preservação do espaço público. Isto porque as relações que envolvem esta prática demandam esforço institucional e comprometimento contínuo com o caráter público da solenidade, na sua essência. A formatura pública, que foi resgatada visando à participação em igualdades de condições de todos os formandos, convive diariamente com pressões internas e externas, na perspectiva do atendimento a interesses privados e de concessões de privilégios durante as solenidades, caminhando assim na contramão dos objetivos do resgate da publicização desta atividade. Em outras palavras, a solenidade pública de colação de grau, convive com contradições, entre o que é público e privado. E se estas contradições não forem compreendidas pela própria administração universitária e todos os envolvidos com o processo, há possibilidades do caráter público, democrático e isonômico da solenidade ser colocado em risco, desfigurando, a qualquer tempo, o fenômeno da formatura pública dos cursos de graduação da UFSC.

Para este estudo a concepção da construção do público é concebida a partir do atendimento aos interesses comuns, onde as diferenças são respeitadas, o diálogo é mantido, e os elementos que envolvem a complexidade da universidade pública são compreendidos na perspectiva de promover o desenvolvimento e a preservação desses espaços para as próximas gerações. Este espaço deve possibilitar a integração e a inserção social promovendo assim a consolidação de valores que envolvem a ética, a democracia a justiça social e o bem comum. A formatura pública da UFSC é envolvida por relações de grandes dimensões e que refletem diretamente no seu caráter público, democrático e isonômico. Assim, ela se constitui em um processo que se apresenta em constante movimento e que pode contribuir para a organização ou para a desorganização do espaço público, de acordo com o contexto que a envolve. A Universidade é uma instituição complexa, caracterizada pela diversidade da sua comunidade interna e externa. Diferentes culturas, etnias, classes sociais, credos religiosos e ideologias políticas, aliados às relações de poder, se manifestam no seu fazer diário, como instituição social, fazendo com que seja capaz de identificar, compreender e responder às contradições encontradas. Sustentar o espaço público é uma ação complexa, pois não é uma ação isolada da Universidade. Todavia, demanda muito esforço, vontade política, ousadia e acima de tudo compromisso institucional

Para o desenvolvimento do presente artigo, utilizamos como referência a universidade pública na concepção de instituição social, segundo os pressupostos de Chauí (2003) e Santos (2005), e o espaço público segundo Habermas (1984) e Arendt (1999).

Consideramos ainda o espaço público, na perspectiva da sua organização e desorganização, de acordo com Búrigo (2003a, p.82) que defende a idéia de que o espaço público “é um espaço onde diferentes percepções se entrelaçam, no objetivo ao atendimento de uma meta comum, do bem público [...]. É um espaço em movimento, que organiza-se e desorganiza-se [...]”.

Organizamos este artigo, partindo do que tínhamos de mais concreto, ou seja, o processo histórico das formaturas de colação de grau, em nível de graduação da UFSC, buscando inicialmente conhecer e contextualizar a prática da solenidade de colação de grau e a relação existente entre o espaço público e o espaço privado na UFSC. Após retornamos a prática da formatura pública dos cursos de graduação da UFSC, objetivando desvelar as contradições que este caminhar possa propiciar possibilitando assim compreender as relações de mediações que possam vir a concretizar para a organização e o fortalecimento do seu espaço público, como instituição social.

## **2 O espaço público e o espaço privado e sua relação na universidade**

Falar de espaço público é falar de movimento, de organização e desorganização, de fortalecimento e enfraquecimento. É falar de preservação, de acesso democrático, de pluralidade e de ausência de interesses unilaterais. Falar em espaço público em uma universidade federal é falar também em políticas públicas, em políticas educacionais.

De acordo com Chauí (2003) e Santos (2005), como reflexo das políticas públicas neoliberais sobre as políticas públicas educacionais, além do incentivo à privatização, há uma mudança do foco da formação acadêmica universitária, que passa a ser voltada para as exigências do mercado, desfigurando a essência da educação que é a formação do cidadão. Da mesma forma, a influência das políticas públicas sobre o processo de mercadorização<sup>1</sup> da educação, à luz da ideologia neoliberal, converge para as diretrizes do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio. Isto posto, a educação superior pública passou a sofrer a partir da década de 90, um desinvestimento que repercutiu sobremaneira no enfraquecimento do espaço público, fortalecendo do espaço privado.

Considerando a universidade pública como uma instituição social que “exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (CHAUÍ, 2003, p.1), sendo mantida pela sociedade, legitimada na medida em que responde socialmente com ações que promovam o desenvolvimento dessa sociedade, consideramos interessante destacar que seus gestores tenham a consciência e a responsabilidade de promover ações visando ao fortalecimento da universidade como instituição pública e, como consequência, o espaço público existente na instituição.

Todavia, há de se considerar que, para que isso ocorra, é necessário repensar a universidade como espaço institucional histórico de formação humana, de reflexão crítica, de produção e socialização de conhecimentos voltado para a construção da cidadania, numa globalização da vida<sup>2</sup> e da dignidade humana (MINGUILI; CHAVES; FORESTI, 2010).

É necessário que a instituição universidade seja entendida na sua dimensão diante da sociedade e que seu espaço público seja desenvolvido e preservado. Utilizando as palavras de Roio (2008, p.3):

---

<sup>1</sup> Mercadorização da educação concebida conforme Dias Sobrinho (2005, p.10), ou seja, quando a educação “é tratada como produto negociável, regido pelas regras do comércio e atravessado pela concorrência”.

<sup>2</sup> Globalização da vida, na perspectiva da globalização mais humana, “cooperativa, solidária e que atenta aos valores éticos e humanos, reagindo a globalização competitiva [...]” Búrigo(2003a, p.139).

Há que se compreender que a Universidade é apenas um pequeno, mas crucial elemento na vida do País, pois é nessa instância que, em grande medida, se produz conhecimento e se reproduz conhecimento, se qualifica para o trabalho social e para a vida pública. Se não predomina no seio da Universidade a visão de um espaço público e democrático dotado de normas, e voltado para os interesses gerais da humanidade, pouco pode ser feito.

Ao refletir sobre as palavras público e privado, é possível perceber o quanto elas fazem parte do cotidiano das pessoas e como assumem diferentes valores e papéis, de acordo com o campo de conhecimento em que sejam analisadas.

Segundo o Dicionário Etimológico da língua portuguesa (FLORENZANO, 1996, p.219), o vocábulo *público* significa “o que é de todos; conhecido; geral; do domínio do povo[...]”. Nesse mesmo Dicionário, o vocábulo *privado* aparece com o significado de “que não é público; desprovido; que não dispõe de; particular[...]” (FLORENZANO, 1996, p. 216).

Atentos a organização, desenvolvimento e preservação do espaço público, estudiosos como Habermas (1984) e Arendt (1999) tratam esse tema demonstrando a importância do entendimento sobre a dimensão do movimento do espaço público e do espaço privado, sobre como esses espaços interagem entre si e como a sociedade se comporta diante deles.

Habermas (1984) concebe o espaço público como um espaço plural de debates, construído sob bases democráticas, onde os cidadãos interagem livremente na busca de alternativas que promovam o bem comum. Para Jovcheolovitch (2000), o público e o privado subsistem de maneira antagônica, sendo um entendido a partir do contrário do outro ou seja, aquilo que é público não é privado e aquilo que apresenta características privadas não pode ser concebido como público. Arendt (1999) agrega ainda à concepção de espaço público como um espaço com interesses comuns, considerando relevante sua preservação na perspectiva de garantir esse espaço para as futuras gerações. Aliada a estes conceitos, Búrigo (2003b) acrescenta ao espaço público a característica de ser um espaço em constante movimento, desenvolvendo-se e enfraquecendo-se, diante do contexto que o envolve.

Assim, o que é necessário em uma universidade pública para desenvolver e preservar seus espaços públicos, vai além de simples atos administrativos. Na medida em que estes espaços devam ser construídos com base em interesses comuns, o diálogo deve ser estimulado e políticas de conscientização sobre a essência do desenvolvimento do espaço público devem ser implementadas, na perspectiva de promover o envolvimento da sociedade para a compreensão do verdadeiro sentido do que significa espaço público e seus direitos e deveres sobre estes espaços.

Tenório (2008, p.41), ao se referir à esfera pública<sup>3</sup>, a conceitua segundo os pressupostos da “igualdade de direitos individuais (sociais, políticos e civis) e discussão, sem violência ou qualquer outro tipo de coação”. Complementa o conceito traduzindo a esfera pública como um espaço subjetivo e comunicativo onde as pessoas compartilham suas inquietações por meio do entendimento mútuo.

Búrigo (2003b, p.82), ao relacionar o espaço público com o espaço privado, alerta que:

[...] esse espaço não é a ampliação do espaço privado, mas um fórum de debates, um lugar de opinião livre. Não é um espaço de supremacia dos interesses privados, mas um espaço de direitos construídos, de interação dialógica, na busca de objetivos comuns. É um espaço em movimento, que se organiza e desorganiza [...].

A relação do público e privado é antagônica, ou seja, o que é privado não é público, e vice-versa. Assim, na medida em que os gestores do espaço público permitem que ela seja

---

<sup>3</sup> Para este estudo esfera pública e espaço público são considerados sinônimos.

orientada por visões que atendam a interesses particulares, esse espaço passa a ser descaracterizado e conseqüentemente não cumprindo mais o seu papel.

Ao tratar do espaço público existente nas universidades federais, há de se considerar o crescimento dos espaços privados que vem ocorrendo e que, na grande maioria, é influenciado pela pressão exercida pelos interesses econômicos do mercado.

Assim, o que se tem visto é a coisa pública sendo apropriada e administrada sob a perspectiva da esfera privada. A separação do que é público e privado está cada vez mais difusa, pois a linha que os divide, é quase invisível. Essa cultura de apropriação do espaço público é disseminada e fortalecida, muitas vezes, pelas próprias políticas institucionais que pecam ao não focarem no desenvolvimento e na preservação do espaço público existente na universidade. Assim, há de se destacar a importância de os gestores universitários manterem-se atentos aos movimentos que possam provocar o comprometimento desse espaço público, com a ampliação dos espaços privados dentro da própria instituição, gerando dependência à esfera privada, que, conforme Habermas (1984, p.39), “delimita a sociedade em relação ao poder público”.

O espaço público na universidade federal tem passado por momentos turbulentos. Em alguns períodos parece que é fortalecido, em outros, desorganizado e enfraquecido. Esse movimento de organização e desorganização se dá, em função do contexto em que a Instituição está inserida e de como as políticas públicas influenciam as políticas educacionais; os movimentos sociais; as ações institucionais; a realização do trabalho acadêmico do professor seja no ensino, na pesquisa ou na extensão; e as atividades laborais exercidas pelos gestores universitários e demais servidores.

Cabe salientar que os gestores públicos universitários, pela essência do cargo público que ocupam, devem promover ações que, além de visarem ao desenvolvimento e à preservação do espaço público, devem contribuir para erradicação, dentro da instituição, da unilateralidade de interesses, principalmente quando nesses interesses estão envolvidos aspectos econômicos e políticos que ampliam a margem que separa as classes sociais.

Consideramos que exemplos como o da UFSC, que democratizou e institucionalizou o processo de colação de grau dos seus cursos de graduação, resgatando o caráter público e acadêmico, contribuem para o desenvolvimento desse espaço público e para a sua preservação. Acreditamos nisso, na medida em que o modelo adotado a partir de 2004 garante a participação, com dignidade, de todos os formandos, em igualdade de condições, independentemente da sua situação socioeconômica.

### **3 A formatura dos cursos de graduação da UFSC**

A colação de grau é uma atividade obrigatória para que o formando possa obter seu diploma e, conseqüentemente, possa atuar na sua área de formação. É um ato que está sob a responsabilidade da instituição e que faz parte da vida acadêmica do aluno. Assim, cabe ao aluno cumprir os requisitos exigidos na grade curricular do seu curso e, à Universidade, proporcionar as condições necessárias e dignas para que o aluno receba sua outorga de grau.

Essa prática na UFSC é regulamentada por meio do seu Estatuto (UFSC, 2011b), Regimento Geral (UFSC, 1982) e/ou Resolução da Câmara de Ensino de Graduação (UFSC, 2011a).

O Art. 109 da Resolução 17/CUn/97 (UFSC, 1997) do Conselho Universitário, no seu parágrafo 1º e 2º, determina o caráter público e acadêmico das solenidades:

[..] §1º – O caráter público e acadêmico deverá ser preservado nas solenidades.

§2º – Será garantida a participação em igualdade de condições a todos os formandos, na solenidade de colação de grau.

Diante da legislação que regula esta atividade, está clara a intenção da Universidade em praticar a solenidade de colação de grau de maneira crítica, democrática, socialmente responsável e, sobretudo, como uma solenidade pública, institucional e acadêmica. Todavia, o que aconteceu a partir da década de 90, foi a apropriação dessa atividade pelo setor privado, que promoveu uma desfiguração dessa prática, dando à solenidade uma conotação mais festivamente luxuosa e espetacular do que essencialmente acadêmica.

Sob influência das políticas públicas neoliberais implementadas no Brasil, a partir da década de 90, o mercado passou a nortear o comportamento da sociedade, e as colações de grau passaram a representar um bom negócio para o setor privado, que se fortaleceu com o aumento do número de empresas especializadas em organização de formaturas.

Paralelamente a essa situação, a universidade pública federal vivenciou o cerceamento financeiro, consequência das políticas públicas educacionais balizadas pelas políticas públicas neoliberais implementadas pelo Governo Federal. Esse cerceamento potencializou o desenvolvimento de mecanismos de sustentação da própria Instituição. Esses mecanismos, em alguns casos, representaram um olhar menos crítico da universidade para determinadas atividades, favorecendo a apropriação dos seus espaços públicos. No caso das formaturas dos cursos de graduação da UFSC, os ritos institucionais passaram a sofrer certo demérito diante da percepção dos gestores acadêmicos, o que provocou a reprodução, dentro da Instituição, das relações predominantes do mercado e a consequente supressão dos direitos de participação dos formandos em igualdade de condições.

Assim, o mercado apropriou-se da formatura pública da UFSC, desorganizando o espaço público existente e transformando a formatura em uma atividade privada dentro de uma instituição pública, com características excludentes, reduzindo, e muito, seu caráter público e acadêmico.

Ao pesquisar sobre o formato das solenidades de colação de grau praticadas entre 1990 e 2004 na UFSC, poucos registros e fontes bibliográficas foram encontrados. Todavia, é visível que a espetacularização e a mercadorização também passaram a fazer parte das suas solenidades. Luxuosos eventos, em salões ou centros de convenções impecavelmente decorados, personalidades públicas da área de comunicação atuando como mestres de cerimônias, *shows* de luzes, som e imagens faziam parte do espetáculo. Toda a organização da solenidade era realizada pelas empresas que definiam as regras de participação, cabendo à UFSC apenas fornecer a relação dos formandos e se fazer presente, por meio do Reitor ou seu representante legal, para proceder a outorga de grau. Essa prática limitava a participação na solenidade apenas aos formandos que pagassem os serviços prestados pelas empresas especializadas do setor.

Nesses termos, o que passou a acontecer com as formaturas da UFSC, foi um tolhimento do direito democrático de participação do aluno nas solenidades. Bordenave (1994, p.17) salienta que participação “não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano”. Ao privar o formando da participação em uma solenidade de colação de grau em uma instituição pública, a universidade passa a ferir a natureza social do homem, não levando em consideração o fato de que a “frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social” Bordenave (1994, p.17).

Com os gestores alheios a essa situação, a formatura da UFSC passou a representar uma solenidade com características excludentes, que promovia conflitos entre os formandos e gerava constrangimento por parte destes e seus familiares. Muitas vezes, em função da situação econômica, o estudante não contribuía com as mensalidades estipuladas pelas comissões de formatura, o que tinha como consequência a negação da sua participação nas mesmas condições que aqueles que haviam efetivado o pagamento. Em alguns casos, em respeito à legislação acadêmica da UFSC, o Secretário de Centro ou o Coordenador do Curso

faziam valer o direito do estudante de participar da solenidade, mesmo sem ter contribuído financeiramente, porém em condições diferenciadas, como por exemplo, sendo a beca e o capelo fornecidos pela UFSC, diferentes dos usados pelos demais formandos. Em outros casos, em função dos custos, o formando optava em colar o grau separado dos demais, geralmente em cerimônia realizada no próprio Centro de Ensino, em sessão específica<sup>4</sup>.

No entanto, o objetivo do mercado é fazer valer a garantia do lucro. Com essa apropriação das formaturas da UFSC, as regras passaram a ser estabelecidas a partir de interesses em que poucos ganham e poucos participam, ou seja, mantêm-se os privilégios, fortalecem-se as diferenças e o espaço público é deteriorado.

Com essa visão, as empresas apropriaram-se das formaturas utilizando as mais diversas formas para vender seus produtos, sendo uma destas a invasão do próprio espaço público da Universidade tomando, em alguns casos o tempo destinado para aula, para apresentar seus produtos, valendo-se sabiamente da política cognitiva<sup>5</sup> envolvendo os alunos, na perspectiva de aumentar o número de clientes.

Avelar (2007, p. 3) alerta para a invasão do espaço institucional por esse ramo do mercado e a ingerência da gestão universitária sobre esse tema, ao destacar que:

Há dissonância nos espaços acadêmicos quando se vê, pelos corredores das faculdades, a panfletagem de várias empresas de formatura comercializando símbolos e preparativos para cerimoniais, além do assédio sorrateiro aos alunos. Ações cotidianas que nos levam a sugerir que existe rara reflexão a respeito por parte dos agentes envolvidos com o ensino superior.

Assim, a prática da formatura da UFSC estava sendo realizada, até 2004, sob a lógica do mercado, na qual o fator econômico superava a responsabilidade social da Instituição em garantir a isonomia, a democracia e a dignidade dos seus formandos, no processo de colação de grau.

Essa situação, gerava conflito entre os estudantes, pois havia um divisor de águas na concepção da prática da solenidade de colação de grau, ou seja: os alunos que, atendendo aos assédios das empresas especializadas, contratassem a organização da cerimônia, estariam inseridos no processo e conseqüentemente receberiam a outorga de grau da autoridade máxima da instituição, em uma solenidade tão luxuosa quanto onerosa; os outros que, por falta de condições financeiras em atender os requisitos econômicos não faziam o mesmo, não participavam da cerimônia ou, quando participavam, eram tratados de maneira diferenciada, gerando um processo discriminatório.

Insatisfeita com este cenário a administração da Universidade, a partir de 2004, desencadeou um processo de resgate da publicização da solenidade pública de colação de grau, visando ao desenvolvimento e preservação do espaço público, que ao longo do tempo veio sendo desfigurado por meio da ação mercadológica que envolveu as solenidades de colação de grau.

Essa movimentação em torno da possível mudança promoveu desconfiança e insegurança por partes dos alunos, empresários do setor e de alguns gestores universitários. Porém, dois fatores foram fundamentais para que o processo fosse desencadeado, quais sejam: a determinação e a convicção de alguns gestores de que algo precisaria ser feito, ou seja, a Universidade não poderia mais compactuar com a apropriação desse espaço público pelo setor privado, enfraquecendo-o e desorganizando-o; e a inauguração do Centro de Cultura e

---

<sup>4</sup> Condição prevista no Estatuto da UFSC (UFSC, 2011b), também conhecida como formatura em gabinete.

<sup>5</sup> “Consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção” (RAMOS, 1989, p.87).

Eventos (CCEven), com infraestrutura física capaz de comportar eventos de pequeno e médio porte.

Um fator importante a ser considerado nesse contexto é a relação entre a esfera pública e privada que se estabeleceu na UFSC para que o Centro de Cultura e Eventos fosse concluído. Com a diminuição da liberação de recursos financeiros pelo Governo Federal e a necessidade de conclusão da obra, que se encontrava parada por falta de recursos, a UFSC deparou-se com a necessidade de se valer de parcerias com a iniciativa privada, na busca de alternativas para a conclusão do citado Centro. Assim, valendo-se de processos licitatórios previstos na legislação, a Universidade estabeleceu parcerias público-privadas visando à materialização do espaço público que foi um dos fatores essenciais para a implementação da formatura pública da UFSC.

Cabe destacar que o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, nem sempre implica em abdicação da autonomia gerencial, organizacional e política da instituição pública. Todavia, é uma relação contraditória e ambígua, pois ao mesmo tempo em que o privado se apropria do público para fortalecer este espaço, ele pode determinar regras e parcerias que o enfraquece. Daí a necessidade de os gestores estarem atentos a essas parcerias.

A após a conclusão do Centro de Cultura e Eventos, uma longa jornada envolveu enfrentamento de diversos elementos estruturantes, inerentes à complexa instituição universitária. Uma jornada em que os gestores universitários comprometidos com a mudança, tiveram que enfrentar diariamente a resistência, a cultura existente, as pressões internas e externas, enfim, um processo que precisou ser planejado minuciosamente, tendo como premissa básica o comprometimento em retomar, desenvolver e preservar o espaço público na UFSC, por meio da colação de grau.

A Universidade, dispondo de um espaço para realizar as solenidades de colação de grau pública, ou seja, o Centro de Cultura e Eventos, e atenta ao movimento privatista que dominava as solenidades de colação de grau, fortalecendo a apropriação do espaço público pelo setor privado, adotou o novo modelo de gestão para as solenidades de colação de grau dos cursos de graduação. A Resolução nº 005/CEG/2004 (UFSC, 2004) da Câmara de Ensino de Graduação<sup>6</sup>, que trata dessa prática acadêmica, estabeleceu as novas normas referentes à organização das solenidades, visando ao resgate da formatura pública na UFSC.

Isto posto, as solenidades passaram a ser totalmente organizadas e executadas por servidores da UFSC, realizadas exclusivamente nas dependências da Universidade e, o mais importante, com garantia de acesso, sem custo e com igualdade de condições para todos os formandos, promovendo a inclusão social dos formandos oriundos das classes sociais menos favorecidas.

A formatura pública adotada pela Universidade Federal de Santa Catarina é o resultado do esforço e determinação da administração, em enfrentar as dificuldades do contexto gerado a partir da implementação das políticas públicas à luz do neoliberalismo. Diante da legislação vigente, do quadro reduzido de servidores e de recursos financeiros, a implementação desse modelo representa acima de tudo, a necessidade de comprometimento por parte dos servidores da Instituição, ousadia e coragem para “rasgar a camisa de força” (MÉSZÁROS, 2005, p. 3) da lógica do mercado disseminada dentro da própria Instituição, que dominava as regras para a realização das solenidades de colação de grau dos seus cursos de graduação. A UFSC reassumiu e democratizou a responsabilidade de um serviço que, em função das próprias políticas públicas de racionalização financeira, foi praticamente todo

---

<sup>6</sup> Atendendo as necessidades de mudanças e adaptações à realidade do momento e na perspectiva de promover o desenvolvimento da prática da formatura pública da UFSC, foram realizadas revisões na Resolução 005/CEG/2004 (UFSC, 2004), o que resultou nas Resoluções n.º 004/CEG/2005 (UFSC, 2005), n.º 017/CEG/2009 (UFSC, 2009) e na Resolução n.º 01/CEG/2011, (UFSC, 2011a), atualmente em vigor.

apropriado pela iniciativa privada, a qual, pela cultura sedimentada pelos interesses comerciais, estabelecia as regras de inclusão sempre definidas mediante a participação financeira dos estudantes.

Um aspecto importante a ser destacado é o impacto que essa ação gerou diante das empresas de formaturas e mesmo dos formandos. Quanto às empresas, ficava clara a inquietação, preocupação e até indignação dos empresários locais do ramo com a possibilidade de perder clientes, e conseqüentemente, diminuir sua margem de lucro, em função de uma ação da Universidade que, segundo eles, não estava preparada para realizar com o bom nível de qualidade necessário para atender às expectativas dos formandos. Quanto aos alunos, além da natural resistência à mudança inerente ao ser humano que teme o novo, a influência das empresas foi implacável ao fortalecer a sua insegurança a respeito do que poderia ocorrer com a solenidade pública realizada sob as novas regras da UFSC.

Assim, os primeiros anos da prática da formatura pública e essencialmente acadêmica foram marcados por trabalho de conscientização de todos os envolvidos a respeito da real intenção da UFSC, em implantar o novo formato para a realização das solenidades públicas de colação de grau. Um processo de aprendizagem, persistência e mudança cultural que envolveu alunos, diretores de centros, coordenadores de cursos, pró-reitores das áreas acadêmicas, Reitor e servidores do Departamento de Cultura e Eventos.

Atualmente, já mais aceita pela comunidade universitária e pelas próprias empresas de formatura na medida em que estão se adaptando a esta nova realidade, as solenidades da UFSC são encaradas à luz do caráter público e acadêmico. A sua organização é realizada pelo Departamento de Cultura e Eventos da UFSC, juntamente com a direção dos centros de ensino, em articulação com os coordenadores de cursos e as comissões de formaturas. A programação do calendário das formaturas é realizada com até dois anos de antecedência, respeitando o calendário acadêmico definido pelo Conselho Universitário em conjunto com os Centros de Ensino. As datas são definidas respeitando-se as especificidades de cada curso.

De acordo com a Resolução 01/CEG/2011 (UFSC, 2011a), a UFSC disponibiliza toda a infraestrutura física e de pessoal para a realização das solenidades no Centro de Cultura e Eventos.

Os formandos participam da solenidade sem arcar com qualquer custo e em igualdade de condições. Os serviços de fotografia podem ser contratados pelos alunos, desde que os profissionais respeitem as regras que regulam essa atividade no dia do evento. Essa opção não impede que um formando, sem condições de contratar esses serviços fotográficos, o faça por meio de seus familiares, que também devem seguir as regras de comportamento exigidas para as empresas (UFSC, 2011e).

Um fator importante a ser destacado foi o desdobramento que esse modelo proporcionou no que se refere à geração de campo de estágio aos alunos do Curso de Jornalismo da UFSC. Os mestres de cerimônias das solenidades passaram a ser os alunos desse Curso, mantidos por programa de bolsa-estágios. Esse processo, possibilitou o desenvolvimento de habilidades dos alunos, preparando-os e inserindo-os nos canais de comunicação do Estado de Santa Catarina. Atualmente, muitos dos alunos que atuaram como mestres de cerimônias nas solenidades públicas de colação de grau da UFSC são jornalistas que exercem suas atividades com o suporte da experiência adquirida durante esse estágio.

É importante salientar que o resgate da formatura pública pela UFSC, a partir de 2004, é reconhecido por diversas instituições públicas federais e estaduais. É comum a solicitação, por parte dessas instituições, de orientação sobre a concepção e processo de implementação do mesmo.

Nesses termos, consideramos que uma das maiores transformações ocorridas com a publicização das formaturas, foi o respeito às diferenças e ao fortalecimento do espaço público. Uma solenidade de formatura de um curso como Medicina ou Direito,

costumeiramente luxuosa, é exatamente igual à solenidade de qualquer outro curso, na qual todos os formandos participam do mesmo modo, independentemente da situação financeira, comemorando juntos um momento que foi esperado, ao longo do curso, por todos.

Entretanto, a formatura pública que é apenas uma pequena ação de fortalecimento do espaço público na UFSC, não se constitui em uma atividade consolidada. Inúmeros fatores precisam diariamente ser monitorados e reforçados na perspectiva de manter o caráter público e democrático desta atividade. Isto representa comprometimento de todos os envolvidos com o processo, com vistas a promover as condições necessárias para a materialização do cumprimento dos objetivos principais do resgate da formatura pública da UFSC, ou seja, manter o caráter público, acadêmico e institucional, garantindo a participação de todos os formandos em igualdade de condições.

Corroboramos com Avelar (2007), que considera que a solenidade de colação de grau vai além de uma reprodução impulsionada pela história e/ou pelos valores mercadológicos. Ela deve ser realizada de maneira responsável e consciente pelos dirigentes universitários, que, “com um olhar crítico, devem procurar abster-se da alienante cultura do espetáculo, para que a razão da educação seja, de fato, convalidada nesse ato e não se perca em meio às festas e ornamentações” (AVELAR, 2007, p.7).

A formatura pública e democrática da UFSC, que vem sendo executada desde 2004, enfrenta pressões internas e externas, na tentativa de possibilitar privilégios dentro deste espaço público, ou até mesmo na dificuldade de manter um quadro de pessoal comprometido com a essência da atividade e a manutenção de uma infraestrutura capaz de garantir a realização da solenidade com bom nível de qualidade.

Ou seja, a prática da formatura pública está em constante risco de se desorganizar. E esta desorganização pode ser provocada pelo reflexo das políticas públicas educacionais brasileiras, que direta ou indiretamente contextualizam a postura e a tomada de decisão dos gestores e envolvidos no processo, que refletem diretamente sobre o fenômeno estudado.

Mesmo diante deste quadro, o que se vê é um esforço institucional diário, que visa o enfrentamento destas pressões o que resultou, até o momento, na realização da solenidade pública de colação de grau para mais de dezoito mil formandos, que puderam vivenciar valores correspondentes à democracia, respeito e isonomia.

A Tabela 1 - Evolução da realização de solenidades públicas de colação de grau da UFSC - Período 2004 - 2011, apresenta a evolução do número de solenidades públicas de colação de grau da UFSC, o número de formandos e o público envolvido.

Tabela 1 - Evolução da realização de solenidades públicas de colação de grau da UFSC - Período 2004 - 2011

<b>ANO</b>	<b>TOTAL DE CERIMÔNIAS</b>	<b>TOTAL DE FORMANDOS</b>	<b>PÚBLICO ENVOLVIDO</b>
2004	13	421	9.730
2005	62	2.474	58.850
2006	58	2.434	50.180
2007	54	2.492	53.100
2008	53	2.541	57.532
2009	57	2.613	50.580
2010	62	2.673	31.941
2011	59	2.875	49.913
<b>TOTAL</b>	<b>418</b>	<b>18.523</b>	<b>361.826</b>

Fonte: Relatório do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC de 2011 (UFSC, 2011d).

## 4 Considerações Finais

Acreditamos na construção do público a partir do atendimento aos interesses comuns, onde as diferenças são respeitadas, o diálogo é mantido, e os elementos que envolvem a complexidade da universidade pública são compreendidos na perspectiva de promover o desenvolvimento e a preservação desses espaços para as próximas gerações. Concebemos o público como um espaço onde não há concessão de privilégios que atendam interesses privados em detrimento aos interesses comuns, onde as relações de poder não interferem no processo de construção desse público. Este espaço que concebemos, possibilita a inserção social promovendo assim a consolidação de valores que envolvem a ética, a democracia e o bem comum.

A teoria que fundamentou esta investigação e a análise de documentos inerentes ao assunto, nos proporcionou a construção de um novo olhar, um olhar mais crítico sobre o fenômeno estudado, possibilitando o encontro de respostas para inquietações surgidas ao longo da observação do processo da formatura pública da UFSC.

Vemos que na universidade pública, o público é compreendido a partir, justamente, da negação do que seja o privado. O privado é percebido, compreendido e limitado na perspectiva de preservar o público. Na medida em que o público se abre para os interesses privados, a publicização passa a ser negada e os privilégios passam a fazer parte daquilo que apresenta a bandeira de público. Muitas vezes, dentro do que é considerado como público, permeiam relações de poder e de interesses privados, criando pequenos espaços que privilegiam e desorganizam a essência do espaço público.

Em outras palavras, são movimentos de desorganização que envolvem os espaços públicos, que muitas vezes não são percebidos, e potencializam o seu enfraquecimento, desfigurando o seu caráter público.

Consideramos que o resgate da formatura pública representou um avanço fundamental para a UFSC, considerando-a como instituição social. Este resgate representou o cumprimento de um compromisso social diante da sua comunidade e da própria sociedade. O entendimento de que a solenidade de colação de grau faz parte da vida acadêmica do estudante universitário, e por isso está sob a responsabilidade da Instituição, constitui-se em um processo de extrema importância tanto para a Universidade, como para os estudantes. Foi uma resposta para a sociedade de que a Universidade retomou aquilo que é público, acadêmico, institucional e que foi indevidamente apropriado pela iniciativa privada.

Promover o tratamento isonômico, democrático e público em atividades inerentes a vida de uma universidade pública, faz parte da obrigação e responsabilidade institucional. No entanto, diante das relações que envolvem esta complexa instituição, isso não parece tão simples e óbvio. Muitos fatores envolvem o cumprimento desta responsabilidade, fatores estes que vão desde o querer institucional até a implementação de políticas públicas educacionais pelo Governo Federal.

É possível perceber que um dos fatores que mais influenciam a desorganização dos espaços públicos na universidade federal, é o reflexo das políticas públicas sobre a instituição, especialmente as políticas de financiamento. Materializar o público diante de cerceamento financeiro, como foi vivenciado ao longo da década de 90, não é atribuição fácil. Isso exige dos gestores muitas vezes, a utilização de mecanismos de sustentação junto à iniciativa privada, por meio de parcerias, como foi o caso da construção do Centro de Cultura e Eventos da UFSC, que permitiu a materialização da formatura pública da Instituição. Assim, para a UFSC retomar da iniciativa privada, aquilo que foi apropriado, foi necessário a utilização de mecanismos que sustentasse esta decisão, ou seja, permitisse a conclusão da construção do ambiente onde hoje é o palco das suas formaturas públicas.

Diante disso, acreditamos que a relação entre o público e privado em uma instituição pública, quando gerenciada à luz do interesse comum, pode representar a possibilidade de a Universidade reverter para a sociedade, os recursos privados envolvidos, na perspectiva do cumprimento do seu compromisso social.

No entanto, a prática da formatura pública da UFSC, não é uma atividade cujo caráter público esteja garantido e consolidado. Em função de tudo o que envolve esta atividade, o que acontece hoje pode não acontecer amanhã, dependendo do contexto em que está inserida. Isto transforma a formatura pública da UFSC em uma atividade que, se a Instituição quiser manter, precisa se conscientizar de que existem inúmeros fatores que possibilitam o enfraquecimento da institucionalização da prática pública, em função da própria representatividade do fenômeno diante da sociedade.

A Universidade institucionalizou, de maneira inédita, uma prática reconhecidamente fundamental para uma instituição social como a universidade pública. Com este resgate, tem promovido o exercício da cidadania, o respeito à dignidade dos seus alunos e familiares. Tem promovido a integração dos seus formandos em um momento especial nas suas vidas, dos seus entes queridos e na vida da própria Universidade, que passa a ser reconhecida pela sociedade como uma instituição que tem consciência do significado do público e da democracia, o que a fortalece como instituição social.

Buscamos Cheptulin (1982) que considera que a realidade está em constante movimento e este movimento tende a ser progressivo, ou seja, conduz à passagem do inferior ao superior, promovendo o seu desenvolvimento. Assim, o autor define o desenvolvimento como um movimento progressivo, ou seja, do menos perfeito ao mais perfeito. Entretanto esta transformação acontece somente quando um conjunto de fatores necessários à sua realização se faz presente, para que o movimento progressivo seja efetivamente realizado.

É assim que vemos a realidade da formatura pública da UFSC após este estudo. Ela se apresenta como um fenômeno em constante movimento e que este movimento só será progressivo, culminando no seu desenvolvimento, na medida em que as políticas públicas contribuirão para o desenvolvimento da Universidade e houver comprometimento da Instituição com fatores fundamentais para o fortalecimento da atividade. Ao contrário, poderá ocorrer o movimento do fenômeno na direção oposta, ou seja, produzindo um movimento regressivo que pode promover a desfiguração da prática da formatura pública da UFSC e a conseqüente desorganização do seu espaço público.

Consideramos incompatível a universidade pública abrir suas portas para acesso aos seus cursos, por meio de políticas de inclusão, para estudantes de classes sociais menos favorecidas, promover políticas de permanência destes estudantes na perspectiva de concluírem seus cursos, e no momento da formatura, da outorga de grau, a universidade, seja em função das políticas públicas ou em função de decisões administrativas, conviver com o alojamento destes estudantes em função do fator econômico. A vida acadêmica do estudante de graduação inicia com sua aprovação no processo seletivo e termina apenas no momento em que ele recebe o grau referente ao seu curso. Todo esse processo, no nosso julgamento, deve ser garantido isonomicamente para todos os estudantes das universidades públicas.

E é nesta linha que defendemos o fortalecimento da prática da formatura pública nas universidades, e em especial na Universidade Federal de Santa Catarina. Defendemos que a essência dessa prática não deva se perder ao longo do tempo, seja em função de políticas públicas, de políticas institucionais, por pressões mercadológicas ou ainda por interesses pessoais.

A colação de grau pública em universidade pública, de acordo com este estudo, vai muito além do simples ato acadêmico, representa um exercício de cidadania e respeito à

democracia. Representa também uma pequena célula que é capaz de contribuir fortemente com a organização e o desenvolvimento do espaço público institucional.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, Ediana Abreu. *A prática da formatura na educação superior: apontamentos para uma reflexão*. 2007. Disponível em: <[http://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs\\_revistas/dialogia/dialogia\\_v6/dialogia\\_v6\\_4m36.pdf](http://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs_revistas/dialogia/dialogia_v6/dialogia_v6_4m36.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2011.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. *O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2003a.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na Universidade Federal. In: *Reflexão e Ação – Universidade: contexto e reflexões*. Universidade de Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, jul-dez. 2003b.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.24, p. 5-15, set-dez. 2003.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega. 1982.

DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado. Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?* 2005. Disponível em :< [http://www.ige.unicamp.br/gapi/reformas\\_da\\_educacao\\_superior\\_na\\_europa\\_e\\_na\\_america\\_latina.pdf](http://www.ige.unicamp.br/gapi/reformas_da_educacao_superior_na_europa_e_na_america_latina.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2011.

FLORENZANO, Éverton. *Dicionário Ediouro da língua portuguesa*. Edição ampliada por Osmar Barbosa. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINGUILI, Maria da Glória; CHAVES, Adriana Josefa; FORESTI, Miriam Celí Pimentel Porto. *Universidade brasileira: visão histórica e papel social*. 2010. Disponível em:

<<http://www.franca.unesp.br/oep/Eixo%201%20-%20Tema%201.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2010.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

ROIO, Marcos Del. *A universidade pública e o vírus do privatismo*. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/087/87roio.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; MASI, Rogério Teixeira. *Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

UFSC. *Regimento Geral*. 1982. Disponível em: <[http://antiga.ufsc.br/paginas/downloads/Regimento\\_UFSC\\_GERAL.pdf](http://antiga.ufsc.br/paginas/downloads/Regimento_UFSC_GERAL.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2011.

UFSC. Resolução Nº 17/CUn/1997. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC. 1997. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/resocons.nsf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. *Resolução Nº 005/CEG/2004*. Estabelece as normas referentes à organização das solenidades de colação de grau dos alunos concluintes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2004. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/RESOCONS.NSF/eab68f213e7101c80325638c005e9041/a2c7dde530d7ab1183257153006c3dc2?OpenDocument>>. Acesso em 14 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *Resolução Nº 004/CEG/2005*. Estabelece as normas referentes à organização das solenidades de colação de grau dos alunos concluintes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2005. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/RESOCONS.NSF/eab68f213e7101c80325638c005e9041/d866f80d2b550dcb83257153006a45cf?OpenDocument>>. Acesso em 14 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *Resolução Nº 017/CEG/2009*. Estabelece as normas referentes à organização das solenidades de colação de grau dos alunos concluintes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <<http://ced.ufsc.br/pedagogia/R017CEG2009%5B1%5D.pdf>>. Acesso em 25 out. 2011.

\_\_\_\_\_. *Resolução Nº 01/CEG/2011*, de 5 de outubro de 2011. Estabelece as normas referentes à organização das solenidades de colação de grau dos alunos concluintes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2011a. Disponível em: <<http://formaturas.paginas.ufsc.br/files/2011/11/RN01CEG2011.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina*. 2011b. Disponível em: <[http://reitoria.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Estatuto\\_web.pdf](http://reitoria.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Estatuto_web.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2011.

UFSC. *Relatório do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC/2011*. 2011d.  
Departamento de Cultura e Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. *Formatura pública da UFSC*. Apresenta a formatura pública da UFSC e sua regulamentação e procedimentos. 2011e. Disponível em <<http://www.formaturas.ufsc.br>>. Acesso em 14 de mai. 2011.